

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Preâmbulo Dados

Pessoais

“Dados pessoais” são informações que identificam ou podem identificar o usuário pessoa física. Os dados pessoais podem ser fornecidos para a **E-MEDIAR** pelo próprio usuário ou terceiro operador de dados que nos prestar estas informações.

Em razão dos serviços contratados, os **dados pessoais** podem, em hipóteses excepcionais, conter informações que se relacione a alguma condição particular sensível da pessoa.

Dados Pessoais Sensíveis

“Dados pessoais sensíveis” são dados sobre a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referente à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, quando vinculado a uma pessoa natural (pessoa física).

Para informações mais precisas sobre a coleta de **dados pessoais sensíveis**, sua finalidade e o seu controle, ler a seção específica deste documento sobre **dados sensíveis**.

Controlador de Dados Pessoais

O “controlador” é pessoa natural (física) ou jurídica a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Nas operações referentes a procedimento e a mediação dentro da plataforma, a **E-MEDIAR** atua como *controladora*.

Operador de Dados Pessoais

O “operador” é a pessoa natural (física) ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e no interesse do controlador.

Na mediação, o mediador designado ou escolhido pelas partes atua como o *operador* dos dados pessoais.

Encarregado de Dados ou DPO

O “encarregado”, geralmente chamado no mundo corporativo de *Data Protection Officer (DPO)*, é a pessoa indicada pelo controlador para atuar nos canais de comunicação entre a organização do evento, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Naquilo que cabe contratualmente à **E-MEDIAR**, a **pessoa identificada ao final deste documento de política de privacidade atua como o DPO da empresa**.

1. Do consentimento do usuário para coleta, armazenamento e tratamento de Dados Pessoais

A coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais pela **E-MEDIAR** tem por base legal o **CONSENTIMENTO** pelos titulares dos dados.

Ao navegar pela plataforma da **E-MEDIAR** pela primeira vez, ou havendo atualizações em nossa política de privacidade, será requisitado ao usuário o seu **CONSENTIMENTO** para a coleta e tratamento de seus dados pessoais.

Sempre que for necessário, o **CONSENTIMENTO** poderá ser novamente requisitado ao usuário para alguma ação específica dentro da plataforma ou para a maior segurança de seus dados.

Maiores detalhes sobre os efeitos do **CONSENTIMENTO** ou como revogá-lo estarão presentes ao longo deste documento de **política de privacidade**.

2. Dos Dados Pessoais coletados pela E-MEDIAR

2.1. Dos Dados Pessoais do Solicitante e do Solicitado

Ao se cadastrar para iniciar um **PROCEDIMENTO**, o usuário o qual chamamos ora de **SOLICITANTE**, será solicitado a fornecer os seguintes dados sobre si:

- Nome completo;
- “Como gostaria de ser chamado(a)?”
- CPF, se pessoa física, CNPJ, se pessoa jurídica;
- Estado Civil, se pessoa física;
- Naturalidade;
- Profissão, se pessoa física;
- Dados para contato (e-mail e telefone);
- Endereço completo.

Além destes dados, o **SOLICITANTE** deve fornecer dados da parte adversa, a qual chamamos ora de **SOLICITADO**, em face de quem se inicia o Procedimento, tais como nome completo, endereço, e-mail e telefone.

O SOLICITANTE deve atentar para o fato de que as informações fornecidas por ele do SOLICITADO podem ser caracterizados como *dados pessoais*, caso estes dados se refiram a pessoa física identificada ou identificável. O **SOLICITANTE** é o único responsável pela **veracidade dos dados fornecidos**, e estará sujeito às penalidades contratuais e legais caso ofereça dados falsos sobre a pessoa do **SOLICITADO**.

Tão logo forem inclusos os dados do **SOLICITADO** na plataforma da **E-MEDIAR**, especialmente em se tratando de ***dados pessoais***, o **SOLICITADO** será comunicado por e-mail do teor do **Procedimento** proposta contra ele e dos dados fornecidos pelo **SOLICITANTE**.

Neste e-mail, o **SOLICITADO** será convidado a prestar o **CONSENTIMENTO** do tratamento de seus dados pela **E-MEDIAR** e a preencher seu cadastro na plataforma.

Em caso de recusa do **SOLICITADO** em fornecer seu **CONSENTIMENTO**, o **SOLICITANTE** será avisado da recusa e os dados do Procedimento serão excluídos da plataforma da **E-MEDIAR** juntamente com os dados do **SOLICITADO**.

2.2. Dos Dados Pessoais do Mediador

O interessado em se habilitar como MEDIADOR na plataforma **E-MEDIAR** deverá fazer seu cadastro, informando os seguintes dados:

- Nome completo;
- “Como gostaria de ser chamado(a)?”
- CPF;
- Estado Civil;
- Naturalidade;
- Profissão;
- Dados para contato (e-mail e telefone);
- Endereço completo;
- Graduação, informando ano de conclusão de curso, formação em mediação (judicial ou extrajudicial);
- Habilidades em mediação;
- Descrição breve do currículo, com cópia dos certificados;
- Fotografia.

O interessado deve, ao preencher os campos indicados acima, deve manifestar sua aceitação aos **Termos de Uso** da plataforma e se declarar de acordo com a presente **Política de Privacidade**.

Se o interessado for selecionado, passará a compor o quadro de MEDIADORES habilitados na plataforma **E-MEDIAR**.

O interessado não selecionado será indagado a fornecer seu **consentimento** para que seus dados de cadastro fiquem armazenados em **Banco de Talentos** da **E-MEDIAR**, podendo ser posteriormente convidado e habilitado a prestar os serviços de mediação na plataforma.

3. Da Reunião de Mediação

A reunião da mediação será realizada em ambiente online, por meio de videoconferência, em sala virtual gerada pela **E-MEDIAR** e presidida por mediador regularmente habilitado pela plataforma e previamente indicado para a mediação, estando permitidos a participar apenas as

partes SOLICITANTE e SOLICITADA ou seus representantes, assim como advogados devidamente habilitados por procuração e apoiadores, no caso de pessoa com deficiência.

Para fins de documentação, toda a reunião de mediação será **GRAVADA**, e as partes devem dar o seu **CONSENTIMENTO** ao mediador para a gravação de suas imagens e vozes.

Não estando de acordo, a parte deve deixar a sala virtual, sendo a reunião de mediação imediatamente suspensa e o fato ser anotado pelo mediador em ata.

4. Do uso de dados pessoais pela E-MEDIAR

A **E-MEDIAR** utiliza dos dados pessoais coletados para prestar o melhor serviço possível aos seus usuários e mediadores, o que pode incluir:

- A comunicação da E-MEDIAR com SOLICITANTE, SOLICITADO e MEDIADOR, assim como a realização do elo de comunicação entre estes últimos três;
- A realização de reuniões virtuais de mediação, sendo requisitado pelo MEDIADOR novo **consentimento** às partes para o tratamento de dados, havendo a necessidade;
- A tomada de decisões não-automatizadas acerca dos serviços acessados pelos usuários e mediadores, dentro dos parâmetros definidos nos **Termos de Uso**;
- Continuamente promover e testar a qualidade de nossos serviços ofertados;
- Gerir nossa infraestrutura e operações de serviço, cumprindo com políticas e procedimentos internos de auditoria contábil, finanças, regulação dos sistemas de TI e normas internas e externas de *compliance* em geral, sempre na finalidade de prestar o melhor serviço aos nossos usuários;
- Resolver reclamações, queixas e requisições feitas por usuário de nossos serviços diretamente à plataforma E-MEDIAR, observadas as considerações presentes nesta **Política de Privacidade**;
- Cumprir com a legislação e demais normas e marcos regulatórios nacionais e internacionais, e responder a requisições judiciais ou administrativas do Poder Judiciário ou de órgãos do governo competentes, tais como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Proteger nossas operações, segredos comerciais ou industriais e resguardarmo-nos de possíveis danos, inclusive para defender nosso negócio contra fraude ao crédito, nos termos do artigo 7º, inciso X da Lei Geral de Proteção de Dados.

Tal como informado anteriormente, a **E-MEDIAR** utiliza de seus dados pessoais para uma série de diferentes propósitos, porém todos estes obedecendo ao princípio regulatório da finalidade de prestação do(s) serviço(s) para os usuários e mediadores.

5. Do tratamento de dados pessoais sensíveis

Nos cadastros de SOLICITANTES ou SOLICITADOS, a **E-MEDIAR NÃO** coleta, armazena ou trata **dados sensíveis**.

Contudo, a depender da natureza do PROCEDIMENTO e do caso concreto a ser mediado, **dados sensíveis** podem ser objeto de tratamento pela E-MEDIAR e por um dos mediadores cadastrados na plataforma diretamente designado para a mediação do caso.

A **E-MEDIAR** se compromete a restringir o acesso a **dados pessoais sensíveis** APENAS ao titular destes dados e as pessoas diretamente envolvidas na mediação de seu caso concreto, ou seja, SOLICITANTE ou SOLICITADO e o MEDIADOR que foi apontado para fazer a mediação.

Caberá, sobretudo, ao MEDIADOR a responsabilidade pela mínima exposição destes **dados sensíveis** durante todo o processo de mediação, apenas entre as partes que participam do processo, adotando as melhores práticas assentadas em nossos **Termos de Uso, Regulamento e Código de Ética**.

Como pormenorizado no item 3 desta **Política de Privacidade**, as reuniões virtuais serão gravadas, **havendo o devido consentimento de seus participantes**, e as gravações guardadas em banco de dados da **E-MEDIAR**, sendo o acesso controlado e permitido apenas ao mediador e aos participantes da reunião de mediação – estes querendo e fazendo uma requisição formal à **E- MEDIAR** –, ou às autoridades ou órgãos públicos competentes, nos termos da legislação ou em virtude de decisão judicial.

6. Da emissão de notas fiscais

Poderá haver um tratamento adicional de dados pessoais em razão da emissão de nota fiscal pelos serviços prestados.

7. Do compartilhamento de dados pessoais com terceiros

No intuito de prestar-lhe os serviços por você contratados, a **E-Mediator** pode compartilhar dados de caráter pessoal com terceiros.

Desta forma, algumas das informações ou dados pessoais de usuários e mediadores poderão, para cumprir a finalidade da prestação do serviço, ser compartilhados com as seguintes plataformas e parceiros:

- Plataformas de automação de comunicação com usuários e clientes via e-mail;
- Plataformas de automação de comunicação de marketing com empresas;
- Plataformas de gerenciamento de pagamentos;
- Plataformas de automação de envio de notas fiscais.

As plataformas referidas acima podem ter seus bancos de dados hospedados em servidores em países como Estados Unidos e países-membros da União Europeia; em qualquer dois casos, a **E- MEDIAR** faz uma seleção criteriosa pelas plataformas que oferecem serviço seguro e em *compliance* com as legislações internacionais de proteção de dados.

8. Retenção e processamento de dados pessoais

A **E-MEDIAR** assegura que os procedimentos adequados estão sendo tomados para gerir seus dados pessoais e removê-los, anonimizá-los ou arquivá-los quando necessário.

Em linhas gerais, a **E-MEDIAR** apenas mantém seus dados pessoais para:

- Prover o usuário com o acesso à nossa plataforma e serviços;
- Cumprir com os propósitos prescritos neste documento de **Política de Privacidade**;
- Permitir a realização das reuniões de mediação;
- Cumprir nossas obrigações legais ou regulatórias, e resguardar nossos direitos previstos na legislação.

Quando o usuário ou o mediador declara que não deseja mais ter acesso aos nossos serviços, a **E-MEDIAR** se compromete a apagar todos os dados pessoais, **SALVO** quando for necessário reter alguns de seus dados por determinado período de tempo para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias a nós impostas, nos termos da legislação nacional de proteção de dados.

Para fins de cumprimento de obrigações legais, o termo de mediação e as gravações ficarão armazenados no banco de dados da E-MEDIAR por um prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Em não havendo acordo durante a reunião de mediação, o termo de mediação e as gravações ficarão armazenadas por um prazo máximo de 12 (doze) meses.

Os Procedimentos recebidos pela **E-MEDIAR** poderão ser acessados e baixados pelas partes SOLICITANTE e SOLICITADA e pelo MEDIADOR do Procedimento por um **prazo de 12 (doze) meses**, constando na base de dados um *log* de acesso e de downloads para fins de controle pela **E-MEDIAR**.

Vencido o prazo de 12 (doze) meses acima, os **dados pessoais do Procedimento serão anonimizados e armazenados em banco de dados da E-MEDIAR para fins estatísticos** (e.g. número ou assunto recorrente de procedimentos na plataforma em relação a empresas de telefonia móvel).

Os Procedimentos que forem rejeitados pela **E-MEDIAR** ou pelo SOLICITADO, assim como os Procedimentos que não tenham reunião de mediação designada dentro do prazo de 6 (seis) meses da abertura, **serão permanentemente EXCLUÍDAS da plataforma, juntamente com a exclusão dos dados pessoais de SOLICITANTE e SOLICITADO fornecidos no Procedimento.**

Para receber maiores informações sobre a retenção e processamento de seus dados, entre em contato conosco em nossos canais de atendimento.

9. Seus Direitos sobre seus Dados Pessoais

Enquanto pessoa titular dos dados pessoais, você usuário tem direitos resguardados na legislação brasileira e por nós respeitados, sobretudo os direitos previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

Seus direitos enquanto usuários incluem:

- Direito de confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- Direito de acesso aos seus dados pessoais por nós tratados ou armazenados;
- Direito de correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados considerados desnecessários ou excessivos, nos termos da legislação pertinente aplicável;
- Direito de portabilidade de dados, mediante requisição expressa, de acordo com resolução da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, resguardada a proteção de nossos segredos comerciais ou industriais;
- Direito de eliminação de dados pessoais tratados com o seu consentimento, à exceção das condições permissivas da conservação destes dados, condições estas previstas no artigo 16 da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Direito de ser informado sobre as instituições públicas e instituições privadas com as quais compartilhamos seus dados pessoais para fins de prestação de nosso serviço, nos termos e limites designados pela legislação e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- Direito de ser informado quando da possibilidade de *não* fornecer seu consentimento e das consequências de sua negativa;
- Direito de revogar o seu consentimento, nos termos previstos pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

10. Segurança dos Dados Pessoais

A **E-MEDIAR** se compromete a adotar as medidas técnicas, físicas, organizacionais e legais adequadas, consistentes com a legislação nacional de proteção de dados, para fins de proteger seus dados pessoais. Para tanto, a **E-MEDIAR** contratou os melhores serviços de computação em nuvem e hospedagem, a fim de garantir a maior segurança possível dos dados de seus usuários, mediadores e clientes.

11. Mudanças na Política de Privacidade

Podem ocorrer ao longo da prestação do serviço mudanças em nossa política de privacidade, para adequarmos questões técnicas ou jurídicas de nosso serviço. Em caso de mudanças na política de privacidade da **E-MEDIAR**, usuário e mediador serão direta e expressamente informados, momento em que poderão renovar seu consentimento e exercer outros de seus direitos previstos em lei.

Os termos de uso e nossas políticas de privacidade e de cookies estão atualizados e em adequação com a Lei brasileira nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao aceitar os termos de uso, você, usuário, estará consentindo que a **E-MEDIAR** faça a coleta, o processamento e o armazenamento de dados pessoais, incluindo, quando necessário, dados sensíveis.

A **E-MEDIAR** se compromete a utilizar seus dados pessoais estritamente para a finalidade para qual foram coletados ou, eventualmente, para cumprir obrigações legais ou regulatórias a nós imposta por lei, nos termos do artigo 7º, inciso II da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Contato

Ildefonso Porangaba, DPO da **E-MEDIAR (82)**

9 8898-1708

ildefonso.mcz@gmail.com

Atenciosamente, Time

da **E-MEDIAR**